

HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE SÃO PAULO

Estudo Técnico Preliminar 8/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 64584.000722/2026-71

2. Descrição da necessidade

2.1 A presente contratação tem por objeto a aquisição de materiais de consumo odontológicos destinados à reposição e manutenção do estoque do Setor de Odontologia do Hospital Militar de Área de São Paulo (HMASP), assegurando a continuidade e a regularidade dos atendimentos prestados em todo âmbito da 2ª Região Militar.

2.2 O HMASP realiza assistência odontológica a militares da ativa, inativos, pensionistas e seus dependentes, contemplando diversas especialidades clínicas que demandam o uso de insumos específicos, padronizados e compatíveis com os equipamentos e instrumentais disponíveis na Unidade. Nesse contexto, a disponibilidade contínua desses materiais é indispensável para a execução adequada dos procedimentos, com qualidade, segurança e eficiência.

2.3 A ausência ou insuficiência de insumos compromete o fluxo de atendimento, podendo ocasionar interrupções nos procedimentos clínicos e prejuízos à assistência prestada. Dessa forma, a contratação visa garantir o pleno funcionamento do serviço odontológico, mantendo o nível de qualidade exigido e atendendo às normas técnicas e sanitárias vigentes.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Clínica de Dentística	Marina GUIRALDI de Souza- 1º Ten ODT
Clínica Ortodontia	RUY Dyhego do Nascimento Canosa - 1º TEN ODT
Clínica de Odontopediatria	ALINY Bisaia - 1º TEN ODT

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 A eventual contratação tem por objeto a aquisição de materiais odontológicos de consumo, destinados à manutenção e ao regular funcionamento dos serviços prestados pelo Setor de Odontologia, abrangendo as diversas especialidades clínicas, com vistas a assegurar a continuidade, a qualidade e a segurança da assistência em saúde bucal, conforme já mencionado.

4.2 Os materiais são de natureza comum, não sendo caracterizados como bens de luxo. Os materiais a serem adquiridos deverão ser novos, de primeiro uso, de consumo contínuo, e adequados às rotinas clínicas odontológicas, possibilitando sua utilização segura e eficaz nos procedimentos de prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação. Deverão, ainda, ser compatíveis com os equipamentos e instrumentais utilizados pela Unidade, evitando intercorrências, retrabalhos ou interrupções no atendimento, bem como, mal uso dos recursos públicos.

4.3 Para garantia da segurança do paciente e da conformidade sanitária, os produtos deverão atender integralmente às normas técnicas e à legislação vigente, incluindo a regularização junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), quando aplicável, devendo possuir registro, cadastro/notificação válida. Não será admitido o fornecimento

de materiais irregulares, vencidos ou em desacordo com as indicações aprovadas pelo fabricante e pela autoridade sanitária competente.

4.4 A contratada deverá observar as normas que regem a cadeia de fornecimento de produtos para a saúde, em especial a Lei nº 6.360/1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que se sujeitam tais produtos, bem como a RDC nº 751/2022, referente à regularização de dispositivos médicos, e a RDC nº 16/2014, que estabelece os requisitos de Boas Práticas de Fabricação, quando aplicável; adicionalmente, a empresa deverá possuir Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) e, quando couber, Autorização Especial (AE), ambas expedidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), em conformidade com a legislação sanitária vigente e compatíveis com o objeto da contratação.

4.5. O fornecimento deverá ocorrer em condições adequadas de transporte, armazenamento e acondicionamento, preservando a integridade dos produtos até sua utilização, bem como garantindo o abastecimento regular da Unidade, de modo a mitigar riscos de descontinuidade dos serviços odontológicos.

4.6 Adicionalmente, deverão ser observados, quando aplicável, critérios de sustentabilidade ambiental e certificações pertinentes, como as do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, em conformidade com os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021, bem como o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU.

4.7. Da indicação de marcas, modelos ou padrões de referência:

4.7.1. As eventuais indicações de marcas, modelos ou padrões de referência constantes das especificações técnicas dos itens possuem caráter de padrão mínimo de qualidade, desempenho clínico, segurança, composição, apresentação, compatibilidade e eficácia esperados, sendo utilizados como referência, podendo o licitante ofertar material igual, similar ou de melhor qualidade.

4.8. A adoção de padrões de referência justifica-se tecnicamente pela natureza dos materiais odontológicos de consumo, os quais interferem diretamente na segurança do paciente, na previsibilidade clínica dos procedimentos, na compatibilidade com instrumentais e equipamentos já existentes, na durabilidade dos tratamentos, na rastreabilidade sanitária e na eficiência assistencial.

4.9. Na Odontologia, pequenas variações de composição, viscosidade, radiopacidade, liberação de flúor, resistência adesiva, estabilidade dimensional, resistência mecânica, biocompatibilidade, grau de conversão, tempo de presa, fluidez, elasticidade, memória de forma, resistência à corrosão, capacidade de corte, esterilidade, gramatura, tamanho, calibre, encaixe ou apresentação podem alterar significativamente o desempenho clínico do material e comprometer a qualidade do procedimento, a segurança do usuário e o resultado terapêutico

4.10. Nas áreas de Dentística, Ortodontia e Odontopediatria, diversos materiais dependem de propriedades físico-químicas e mecânicas específicas para adequada utilização clínica, tais como adesão ao esmalte e à dentina, resistência à tração e ao cisalhamento, radiopacidade, estabilidade de cor, liberação de flúor, compatibilidade com aparelhos ortodônticos, resistência à deformação, controle de umidade, facilidade de manipulação, segurança em pacientes pediátricos e conformidade com protocolos clínicos já adotados pelo HMASP.

4.11. Assim, as referências comerciais constantes das descrições dos itens servem apenas como parâmetro técnico objetivo para permitir a compreensão do padrão mínimo exigido, sem afastar a possibilidade de aceitação de produtos similares, equivalentes ou superiores, desde que demonstrada a compatibilidade técnica, sanitária e funcional com a necessidade e manter a excelência no tratamento dos pacientes do Hospital Militar de Área de São Paulo.

4.12. Não será exigida, a apresentação de amostras, considerando que a aceitabilidade dos materiais poderá ser verificada por meio da análise da proposta, catálogos, fichas técnicas, bulas, instruções de uso, registros ou notificações junto à ANVISA, quando aplicáveis, e demais documentos técnicos previstos no Termo de Referência.

4.13. A não exigência de amostra busca preservar a competitividade e evitar ônus desnecessário aos licitantes, sem prejuízo da conferência técnica e sanitária dos produtos no momento da análise da proposta e do recebimento dos materiais.

4.14. Não será exigida carta de solidariedade.

4.15. Não será exigida garantia da contratação prevista no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a natureza do objeto, consistente na aquisição de bens de consumo odontológicos, sem complexidade executiva que justifique tal exigência.

4.16. Há reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte conforme legislação aplicável e previsão do Termo de Referência, especialmente nos itens em que o quantitativo, a natureza do objeto e a forma de fornecimento permitirem tal divisão sem prejuízo à padronização, à economicidade, à eficiência logística e ao atendimento da necessidade administrativa.

4.17. O quantitativo da ata pode ser renovado mediante comprovação de vantajosidade para a Administração, cumprimento dos requisitos legais e anuência do fornecedor.

5. Levantamento de Mercado

5.1. O levantamento de mercado referente à aquisição de materiais odontológicos de consumo, especialmente para as áreas de Dentística e demais especialidades atendidas pelo Setor de Odontologia, envolveu a análise das soluções disponíveis, fornecedores atuantes, características dos produtos e alternativas para atendimento da demanda, com o objetivo de assegurar adequada relação entre custo, qualidade, disponibilidade e segurança.

5.2. Para tanto, foram consultadas bases de dados de compras públicas, painéis de preços governamentais, fornecedores especializados do setor odontológico e registros de preços no âmbito da Administração Pública. Inicialmente, buscou-se a possibilidade de renovação de atas anteriormente utilizadas pela Unidade; contudo, não houve interesse dos fornecedores na prorrogação ou manutenção dos instrumentos, inviabilizando a continuidade do fornecimento por essa via.

5.3. Adicionalmente, não foram identificadas atas de registro de preços vigentes em outros órgãos ou intenções de registro de preços (IRP) que contemplassem, de forma integral e compatível, o conjunto de materiais odontológicos necessários ao atendimento da demanda da Unidade.

5.4. Alternativas existentes no mercado

5.4.1. Considerando a necessidade identificada, foram avaliadas as seguintes alternativas:

- a) adesão a atas de registro de preços de outros órgãos;
- b) realização de procedimento licitatório próprio;
- c) participação em futuras contratações conduzidas por outros órgãos ou entidades.

5.4.2. As alternativas de adesão a atas existentes ou participação em contratações futuras, embora possíveis, não se mostraram suficientes para garantir o atendimento integral, contínuo e tempestivo da demanda, sobretudo em razão da especificidade dos materiais odontológicos, da necessidade de padronização dos insumos e da inexistência de instrumentos compatíveis com o objeto.

5.5. Análise e escolha da solução mais adequada

Após análise técnica e mercadológica, concluiu-se que a solução mais adequada para atendimento da necessidade é a realização de procedimento licitatório próprio, na modalidade de Sistema de Registro de Preço (SRP) com vistas à formalização de instrumento que assegure o fornecimento contínuo e regular dos materiais odontológicos, garantindo a vantajosidade para a Administração Pública, tanto pela plena capacidade de atendimento no âmbito do próprio nosocômio quanto pela economicidade decorrente do conjunto das aquisições.

5.5.2. A opção por SRP é justificada e motivada pelos seguintes aspectos:

- a) possibilita o atendimento conforme a demanda, considerando a variabilidade dos atendimentos odontológicos;
- b) amplia a competitividade entre fornecedores especializados, favorecendo a obtenção de propostas mais vantajosas;
- c) reduz o risco de desabastecimento e de interrupção dos serviços assistenciais;
- d) contribui para uma gestão mais eficiente dos recursos públicos;
- e) restabelece mecanismo regular e confiável de fornecimento, diante da inexistência de atas vigentes compatíveis.

5.5.3. A solução adotada observa os princípios e diretrizes estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, apresentando-se como a alternativa mais eficiente para garantir o abastecimento contínuo de materiais odontológicos, com transparência, economicidade e adequada gestão dos recursos públicos em geral.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução consiste na aquisição de materiais odontológicos de consumo destinados à reposição e manutenção do estoque do Setor de Odontologia do Hospital Militar de Área de São Paulo, contemplando materiais utilizados nas rotinas clínicas de Dentística, Ortodontia, Odontopediatria e demais atendimentos odontológicos prestados pela Unidade.

6.1.1. A contratação considera o ciclo de vida do objeto, abrangendo as etapas de fabricação, regularização sanitária, acondicionamento, transporte, recebimento, armazenamento, utilização clínica e destinação final dos resíduos gerados após o uso, quando aplicável.

6.1.2. Os produtos deverão ser entregues em embalagens íntegras e adequadas, com identificação do fabricante, lote, validade, registro, cadastro ou notificação sanitária junto à ANVISA, quando aplicável, e instruções de uso e demais informações necessárias à rastreabilidade e segurança do paciente.

6.1.3. Em razão da natureza dos materiais de consumo, não há necessidade de instalação, montagem, calibração, treinamento operacional específico ou assistência técnica continuada, sem prejuízo da obrigação da contratada de substituir produtos defeituosos, vencidos, avariados, divergentes da proposta ou em desconformidade com a legislação sanitária.

6.1.4. A destinação final dos resíduos decorrentes da utilização clínica dos materiais observará as rotinas internas de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde do HMASP e as normas sanitárias e ambientais aplicáveis vigentes.

6.1.5. As condições de aquisição, fornecimento, recebimento e pagamento foram estruturadas de modo compatível com práticas usuais de mercado para fornecimento de materiais odontológicos de consumo, preservando a competitividade, a economicidade, a segurança sanitária e o atendimento tempestivo da necessidade administrativa.

6.1.6 A solução escolhida consiste na aquisição de materiais odontológicos de consumo, por meio de procedimento licitatório, na modalidade pregão eletrônico, com adoção do Sistema de Registro de Preços, destinados à reposição e manutenção do estoque do Setor de Odontologia do Hospital Militar de Área de São Paulo.

6.1.7 A solução contempla materiais utilizados nas rotinas clínicas das especialidades de Dentística, Ortodontia e Odontopediatria, necessários à realização de procedimentos preventivos, restauradores, ortodônticos, pediátricos, diagnósticos, terapêuticos e demais atendimentos odontológicos prestados pelo HMASP.

6.1.8 O objeto foi estruturado com especificações técnicas objetivas, observando padrões usuais de mercado, regularização sanitária, compatibilidade com a infraestrutura odontológica existente, segurança do paciente, qualidade mínima necessária ao desempenho clínico esperado e possibilidade de ampla competição entre fornecedores.

6.1.9 Considerou-se, na definição da solução, o ciclo de vida dos materiais, abrangendo as etapas de fabricação, regularização sanitária, acondicionamento, transporte, recebimento, armazenamento, utilização clínica e destinação final dos resíduos gerados após o uso, quando aplicável.

6.2. Os produtos deverão ser fornecidos em embalagens íntegras, adequadas ao transporte e armazenamento, com identificação do fabricante, lote, validade, registro, cadastro ou notificação sanitária quando aplicável, instruções de uso e demais informações necessárias à rastreabilidade, conservação e segurança de utilização.

6.3. Em razão da natureza dos itens, não se verifica necessidade de instalação, montagem, calibração, treinamento operacional específico ou assistência técnica continuada, sem prejuízo da obrigação da contratada de substituir produtos defeituosos, vencidos, avariados, divergentes das especificações ou em desconformidade com a legislação sanitária.

6.4. A entrega dos materiais deverá observar condições adequadas de transporte, acondicionamento e armazenamento, de forma a preservar a integridade física, química, biológica e sanitária dos produtos até o recebimento pela Administração.

6.5. O recebimento dos materiais deverá contemplar a conferência de quantidade, especificação, lote, validade, integridade da embalagem, documentação sanitária e compatibilidade com a proposta aceita.

6.6. A destinação final dos resíduos gerados pela utilização dos materiais ocorrerá conforme as rotinas internas de gerenciamento de resíduos dos serviços de saúde do HMASP e as normas sanitárias e ambientais aplicáveis.

6.7. A solução proposta mostra-se adequada por permitir o fornecimento regular dos insumos necessários aos atendimentos odontológicos, reduzir o risco de desabastecimento, evitar aquisições emergenciais, favorecer a gestão racional de estoques, preservar a segurança do paciente e contribuir para a continuidade e qualidade da assistência odontológica.

6.8. A adoção de procedimento competitivo apresenta-se como a alternativa mais vantajosa, por possibilitar a ampliação da concorrência entre fornecedores especializados, a obtenção de propostas mais vantajosas e a observância dos princípios da isonomia, transparência e economicidade, além de reduzir o risco de desabastecimento e assegurar a continuidade dos serviços odontológicos prestados.

6.9. Os materiais odontológicos de consumo podem ser classificados como bens comuns, não sendo classificados como de luxo, nos termos do art. 6º, inciso XXI, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, com especificações usuais de mercado que permitem sua descrição clara e precisa, bem como a avaliação objetiva das propostas.

6.10 Tais materiais possuem especificações técnicas consolidadas e padronizadas, regulamentadas por órgãos competentes, especialmente a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, o que assegura a comparabilidade entre produtos de diferentes fabricantes, bem como a conformidade com os requisitos de segurança sanitária, qualidade e desempenho exigidos para sua utilização em ambiente clínico. Vale ressaltar que as especificações são tidas como referência.

6.11. Benefícios a serem alcançados com a contratação

6.11.1. A formalização da contratação proporcionará, entre outros, os seguintes benefícios:

- a) garantia da continuidade dos atendimentos odontológicos, evitando interrupções nos procedimentos clínicos;
- b) redução do risco de desabastecimento, com reposição conforme a demanda assistencial;
- c) melhoria da eficiência logística, com fornecimento adequado às necessidades reais da Unidade;
- d) maior previsibilidade e organização do planejamento administrativo;
- e) otimização dos recursos públicos, com seleção da proposta mais vantajosa e redução de aquisições emergenciais;
- f) aumento da segurança assistencial, com fornecimento de materiais regularizados, novos e apropriados ao uso clínico;
- g) melhoria dos resultados clínicos, mediante utilização de insumos compatíveis e de qualidade;
- h) mitigação de riscos operacionais e administrativos, por meio de especificações técnicas claras e critérios objetivos de contratação;
- i) incentivo à adoção de práticas sustentáveis, quando aplicáveis.

6.12. Com base no levantamento de mercado e na análise das alternativas disponíveis, conclui-se que a contratação é necessária, viável e adequada para atender às demandas assistenciais do Setor de Odontologia, garantindo o fornecimento contínuo de materiais de consumo essenciais à execução dos procedimentos clínicos.

6.13. Diante do exposto, a solução proposta mostra-se apta a assegurar a continuidade, a qualidade e a segurança dos serviços odontológicos prestados, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

6.14. Mapa de Risco

Nº	Tipo de Risco	Causa	Probabilidade	Consequências	Ações Preventivas	Ações Corretivas	Plano de Contingência
1	Desabastecimento de materiais essenciais	Atraso nas entregas, falhas logísticas, indisponibilidade do fornecedor.	Média	Interrupção do atendimento e prejuízo ao acompanhamento terapêutico	Definir prazos de entrega; controlar saldo /consumo, lead time, prever sanções	Notificar formalmente a contratada, acompanhar tais solicitações, aplicar penalidades quando necessário	Priorizar atendimento conforme o risco, redistribuir estoque e controlar o mesmo. Mitigar entregas
2	Fornecimento de produtos irregulares, em desacordo com a ANVISA e normas vigentes	Falha na elaboração /conferência documental, tentativa de fornecimento irregular	Baixo/Médio	Risco Sanitário e a segurança do paciente, desabastecimento	Exigir documentação necessária, conferir irrestritamente lote/validade /recebimento e especificações técnicas. Recusar itens em desacordo	Devolver material; registrar as não conformidades e responsabilizar a contratada.	Bloquear uso e providenciar devolução imediata, substituir o item; comunicar o setor competente.
3	Incompatibilidade Técnica com equipamentos	Especificação inadequada ou produto divergente	Média	Impossibilidade de uso, retrabalho, nova entrega e desperdício	Especificação Clara, exigir comprovação documental técnica, avaliação coesa no recebimento.	Recusar item divergente e exigir substituição imediata, registrar fatos	Utilizar itens apenas compatíveis, ajustar entregas /plano de consumo
4	Aquisição de materiais com qualidade inferior	Produto de baixo desempenho; não conforme	Média	Falhas no atendimento, redução da eficácia terapêutica e insatisfação e risco para o usuário	Definir critérios de aceitação, inspeção no recebimento, acompanhamento do desempenho	Recusar e devolver; solicitar troca, registrar não conformidades e aplicar sanções	Suspender uso do lote, utilizar alternativa disponível até a reposição.
5	Aumento de custos por compras emergenciais sem planejamento correto	Ausência de "estoque mínimo" com margem de segurança, atraso em solicitações	Média	Prejuízo à economicidade e risco de descontinuidade dos insumos	Replanejar quantitativos, ajustar controle interno, registrar lições aprendidas	Replanejar quantitativos, ajustar controle interno	Acionar remanejamento interno e priorizar itens críticos
6	Irregularidade no armazenamento /conservação	Acondicionamento inadequado; transporte irregular e sem proteção; falha interna	Média/Baixa	Perda de insumos, comprometimento do planejamento, dano ao erário	Segregar itens danificados, registrar ocorrência e solicitar substituição	Segregar itens danificados, registrar ocorrência e providenciar substituição	Reposição imediata do item comprometido, reforço de rotinas de armazenagem

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 Em razão do crescimento contínuo do Hospital Militar de área de São Paulo e da crescente demanda de atendimentos para suprir os atendimentos da 2 Região Militar como um todo, a justificativa para o quantitativo solicitado para o ano de 2026 é fundamentada no volume de procedimentos na Subdivisão de Odontologia.

7.2. O quantitativo com base média de consumo de materiais e no aumento do número de quantidade de atendimentos utilizados na clínica de Odontologia do HMASP, nos anos de 2022, 2023, 2024 e 2025.

7.3. Realiza-se atualmente anualmente aproximadamente 5557 aproximadamente. O planejamento visa adquirir material necessário para a manutenção desses índices de atendimento de acordo com a demanda de pacientes existente no HMASP. A quantidade estimada visa suprir 100% das necessidades de materiais e equipamentos passíveis de serem utilizados pelas Clínicas de Dentística ,Odontopediatria e Ortodontia do HMASP.

7.4. O quantitativo solicitado para o exercício de 2026 visa atender de forma adequada às necessidades do HMASP, considerando não apenas o aumento contínuo no número de atendimentos e a previsão de implantação de novos procedimentos, mas também a evolução constante da prática odontológica. Ressalta-se que os cirurgiões-dentistas da instituição vêm se capacitando e se qualificando continuamente, buscando atualização científica e técnica, o que exige a disponibilidade de materiais modernos, seguros e eficazes. Assim, a presente solicitação encontra-se fundamentada na necessidade de garantir a qualidade assistencial, a segurança do paciente e a excelência nos serviços prestados pelo hospital.

7.5. Essa Justificativa se fundamenta na crescente observada em anos anteriores e no planejamento estratégico do hospital, visando a melhor execução das atividades e evitando qualquer interrupção ou escassez no fornecimento de materiais críticos para os atendimentos e diminuindo os riscos de desabastecimento.

7.6. A estimativa das quantidades foi elaborada considerando o histórico de atendimentos odontológicos realizados no HMASP, a demanda assistencial das clínicas de Dentística, Ortodontia e Odontopediatria, o consumo histórico de materiais, os dados do último Pregão nº 90042/2024, o saldo de estoque existente, a criticidade dos insumos, a necessidade de recomposição de estoque mínimo e a prevenção de desabastecimento.

7.7. Além do volume geral de atendimentos, foi considerada a vinculação dos itens às especialidades odontológicas predominantes, de forma a demonstrar a pertinência assistencial dos materiais solicitados e sua relação com as rotinas clínicas do Setor de Odontologia.

7.8. Os itens foram classificados conforme a especialidade de utilização predominante, nos seguintes termos:

Especialidade | Itens

Ortodontia | 1–8; 13–15; 21–28; 29–44; 45; 46–104; 105–106; 107–125; 219; 220; 222–226; 230; 232; 235–246; 247–261; 262–264; 267–271; 273–279; 282–286; 292–293; 299–312; 321; 325–326; 350–352; 355; 363–384

Dentística | 1; 9–11; 13; 16–21; 45; 105–106; 227–229; 233–234; 248–250; 256–258; 265; 280–281; 287–289; 294–297; 313–315; 322–323; 347–348

Odontopediatria | 1; 10–13; 16–21; 45; 105–106; 227–229; 232; 266; 316–317; 328–334; 338–340

Comuns às três especialidades | 3; 126–219; 221; 231; 251–255; 259–260; 272; 290–291; 298; 318–320; 324; 327; 335–337; 341

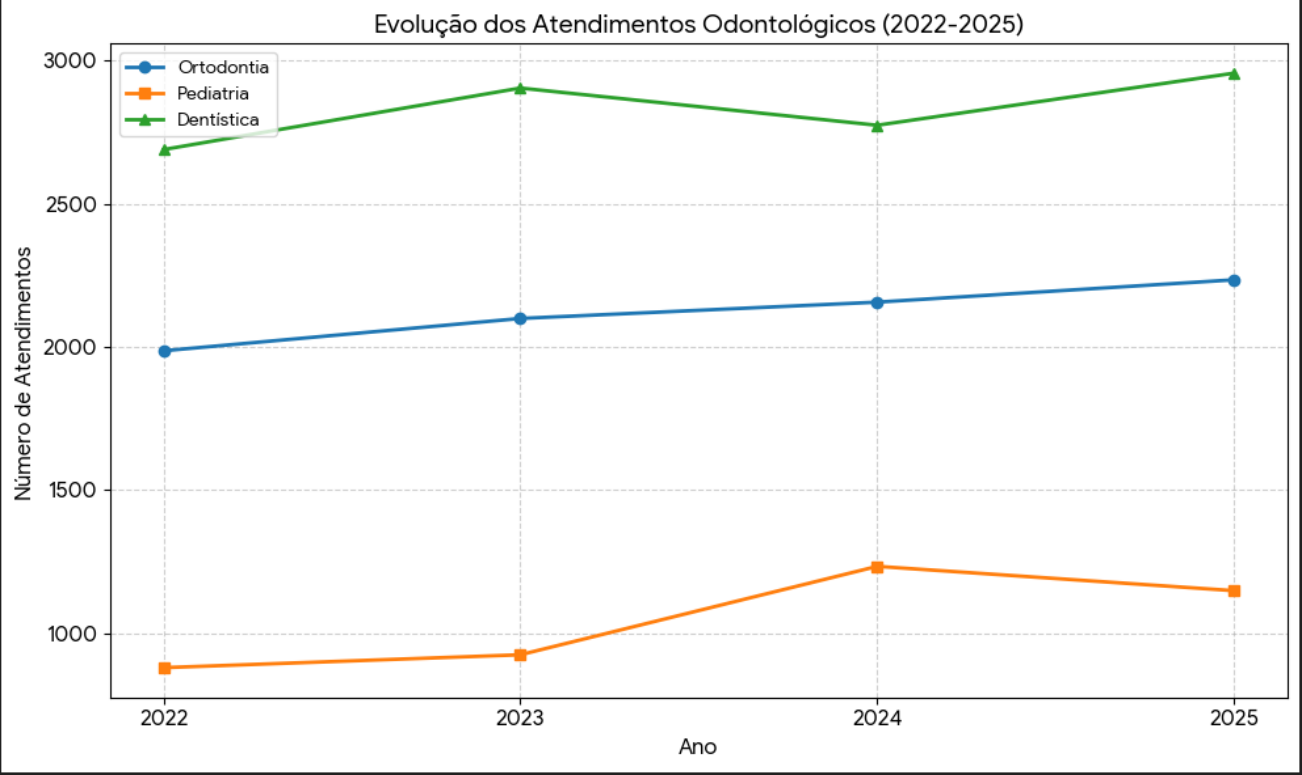
7.9. A classificação acima não impede a utilização eventual de determinado material por mais de uma especialidade, quando tecnicamente indicado, servindo como parâmetro de planejamento para demonstrar a relação entre os itens solicitados, o perfil assistencial do serviço e a estimativa de consumo.

7.10. Nos casos em que o quantitativo estimado superar o consumo histórico, a diferença deverá ser justificada com base em dados objetivos, tais como aumento do número de atendimentos, ampliação de procedimentos, inexistência ou insuficiência de estoque remanescente, necessidade de recomposição de estoque mínimo, maior criticidade clínica do item ou demanda reprimida.

7.11. A estimativa não decorre de mera repetição acrítica de contratações anteriores, mas da análise conjunta da demanda assistencial, do consumo registrado, do perfil das especialidades atendidas, do estoque disponível e da necessidade de assegurar a continuidade dos atendimentos odontológicos.

Tabela - Memória de Cálculo da Estimativa das Quantidades

Ano	Ortodontia	Pediatria	Dentística
2022	1.987	880	2.690
2023	2.100	925	2.905
2024	2.157	1.234	2.775
2025	2.235	1.149	2.957



7.12. Vale ressaltar que existe variação de demanda durante o período anual, podendo ocorrer aumento ou diminuição da quantidade de procedimentos. Com isso, a quantidade foi estimada tanto a partir da comparação dos consumos do último pregão 90042/2024, bem como da necessidade de se prever a utilização de material para atender a demanda de pacientes deste Hospital.

7.13. A quantidade de itens e especificações estarão descritas e pormenorizadas no item 1.1 do Termo de Referência.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.357.786,01

8.1. Foi elaborada estimativa de custos por meio de Planilha de Pesquisa de Preços, confeccionada pela Equipe de Planejamento da Contratação, em conjunto com o Setor de Pesquisa de Preços do Hospital Militar de Área de São Paulo (HMASP), em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Instrução Normativa nº 65/2021.

8.2. A pesquisa teve por finalidade estimar o valor da contratação para aquisição de materiais odontológicos de consumo, observando os preços praticados no mercado, bem como os princípios da economicidade, razoabilidade e compatibilidade dos valores obtidos. A contratação será realizada via Pregão SRP.

8.3 Para a formação da estimativa, foram realizadas cotações diretas junto a fornecedores do ramo odontológico, considerando as especificações técnicas e marcas de referência, de modo a refletir com maior fidelidade a realidade de mercado e a atualidade dos preços praticados.

8.4. Com base na pesquisa realizada, o valor máximo estimado da contratação para o fornecimento de materiais odontológicos de consumo é de R\$2.357.786,01 (dois milhões, trezentos e cinquenta e sete mil, setecentos e oitenta e seis reais e um centavo).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Após análise técnica dos itens necessários ao atendimento da clínica de odontologia, verificou-se que os materiais de consumo demandados são utilizados de forma independente, não havendo relação de interdependência funcional que exija o agrupamento obrigatório para seu pleno uso nos procedimentos clínicos.

9.2. Não foram identificados insumos exclusivos ou vinculados a sistemas específicos que demandem fornecimento conjunto ou regime de comodato associado aos itens, bem como não há necessidade de análise de amostra.

9.3. Em razão dessa independência, não há impedimento técnico ao parcelamento da contratação, sendo possível a aquisição dos itens de forma individualizada, conforme suas características e finalidades de uso na prática odontológica.

9.4. O parcelamento, quando adotado, contribui para:

- a) ampliar a competitividade do certame;
- b) possibilitar a participação de maior número de fornecedores especializados;
- c) favorecer a obtenção de propostas mais vantajosas;
- d) evitar restrição indevida à competitividade;
- e) promover maior eficiência e economicidade na contratação.

9.5. Dessa forma, considerando a ausência de interdependência técnica entre os materiais odontológicos, conclui-se que o parcelamento é tecnicamente viável e recomendado, nos termos do art. 11, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, em observância aos princípios da competitividade, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Não há contratações correlatas e/ou interdependentes, tampouco a necessidade de contratações decorrentes do objeto pretendido, bem como, não há necessidade de adequação do ambiente hospitalar.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 A presente contratação encontra-se devidamente alinhada ao PLANO DE GESTÃO DO HMASP 2020/2026, em especial ao(s) objetivo(s) estratégico(s) a seguir:

11.1.1 OBJETIVO ESTRATÉGICO ORGANIZACIONAL Nº 2 (OE 02) - Aumentar a capacidade produtiva do hospital em todas as áreas que ocorram atendimentos ambulatoriais, procedimentos cirurgicos, rotineiros, de imagem e internação do HMASP.

11.2 Em conformidade com o § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, os recursos destinados à aquisição de materiais de consumo para a Clínica de Odontologia, no âmbito do registro de preços, possuem dotação orçamentária própria, sendo a disponibilidade orçamentária certificada por ocasião de cada contratação, de acordo com os quantitativos efetivamente demandados; ademais, a presente necessidade encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) referente ao exercício de 2026, ao qual será devidamente vinculada em momento oportuno, assegurando o alinhamento da contratação com o planejamento institucional do órgão.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 A aquisição de materiais odontológicos destinados às áreas de dentística, ortodontia e odontopediatria tem por finalidade assegurar a adequada operacionalização dos serviços, oferecendo suporte técnico-assistencial compatível com as demandas clínicas e alinhado aos atuais padrões de qualidade, segurança e eficiência na atenção à saúde, contribuindo para um atendimento ágil e resolutivo.

12.2 No âmbito da dentística restauradora, a contratação possibilita a utilização de materiais com propriedades físico-mecânicas e químicas adequadas às exigências clínicas, incluindo resistência à compressão e à abrasão, estabilidade dimensional, biocompatibilidade, adesão eficaz às estruturas dentárias e desempenho estético satisfatório, favorecendo a durabilidade das restaurações e a preservação de tecido dental hígido.

12.3 Quanto à ortodontia, os insumos viabilizam a condução segura e eficiente de tratamentos corretivos, preventivos e interceptativos, com adequado controle biomecânico, previsibilidade na movimentação dentária, estabilidade oclusal e otimização do tempo terapêutico, refletindo positivamente na funcionalidade do sistema estomatognático.

12.4 Na área de odontopediatria, a disponibilização de materiais específicos permite a adoção de abordagens minimamente invasivas, com enfoque humanizado e compatível com as particularidades anatômicas, fisiológicas e comportamentais do público infantil, contribuindo para o controle da cárie, a manutenção da saúde bucal e a prevenção de agravos futuros.

12.5 Sob o enfoque administrativo e econômico, a aquisição planejada e padronizada favorece a racionalização de custos, maior previsibilidade orçamentária, redução de contratações emergenciais e aprimoramento da gestão de estoques, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.

12.6 Ademais, a medida repercute na melhoria dos indicadores assistenciais, no fortalecimento da segurança do paciente e na conformidade com as normas técnicas e sanitárias vigentes, consolidando a qualidade dos serviços prestados e assegurando um atendimento ético, resolutivo e alinhado às diretrizes da saúde pública.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 A presente contratação não exige quaisquer adaptações no ambiente deste Hospital, uma vez que os serviços em questão já são executados de forma contínua desde o início de suas atividades.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Os possíveis impactos ambientais atrelados à eventual contratação em tela e os riscos a eles associados encontram-se referenciados no Mapa de Riscos e no Termo de Referência, cumprindo ressaltar a relação de obrigações por parte da contratada e/ou da contratante a fim de gerenciar tais riscos, seja mitigando, evitando, restando ou transferindo os mesmos (conforme o caso), bem como a observância do Plano de Gerenciamento de

14.2. A contratada deverá observar as recomendações e critérios de sustentabilidade socioambiental previstos na Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, bem como as diretrizes constantes no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis – 8ª Edição, de novembro de 2025. Entre tais critérios, destacam-se a gestão adequada de resíduos perfurocortantes e materiais especiais, o uso responsável de insumos médico-hospitalares, a redução de desperdícios e o incentivo à adoção de tecnologias que minimizem impactos ambientais ao longo do ciclo de vida dos produtos utilizados.

14.1. A contratação poderá gerar impactos ambientais relacionados ao acondicionamento e descarte de embalagens, transporte dos produtos, consumo de materiais descartáveis, controle de validade, armazenamento e geração de resíduos de serviços de saúde após a utilização clínica dos insumos.

14.2. Como medidas mitigadoras, serão observadas: exigência de embalagens adequadas e íntegras; preferência, quando possível, por embalagens recicláveis ou com menor volume; controle de validade para evitar descarte por vencimento; armazenamento adequado dos produtos; segregação e destinação correta dos resíduos gerados; e exigência de regularidade sanitária dos produtos fornecidos.

14.5. Os critérios de sustentabilidade serão aplicados de forma compatível com a natureza de cada item, evitando exigências genéricas ou desproporcionais que possam restringir indevidamente a competitividade.

14.6. Quando aplicável, os produtos deverão estar regularizados junto à ANVISA, e o fornecedor deverá apresentar documentação compatível com o fornecimento de produtos para saúde, tais como Autorização de Funcionamento de Empresa, licença sanitária e demais documentos previstos no Termo de Referência.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Diante da necessidade de manutenção do estoque de materiais odontológicos de consumo, da demanda assistencial permanente do Setor de Odontologia do HMASP, da existência de parâmetros técnicos objetivos para descrição dos itens, da possibilidade de ampla competição entre fornecedores, da adoção do Sistema de Registro de Preços e da compatibilidade da contratação com as rotinas assistenciais da Unidade, conclui-se que a contratação é tecnicamente adequada, economicamente justificável e administrativamente exequível.

A solução proposta permite o fornecimento regular dos insumos necessários aos atendimentos odontológicos, reduz o risco de desabastecimento, evita contratações emergenciais, favorece a gestão racional de estoque, preserva a segurança do paciente e contribui para a continuidade, qualidade e eficiência da assistência prestada aos usuários do sistema de saúde do Exército.

A contratação é adequada ao interesse público porque vincula os quantitativos estimados ao histórico de consumo, à demanda assistencial das especialidades odontológicas, à necessidade de reposição de estoque e à prevenção de interrupções nos procedimentos clínicos.

Assim, esta Equipe de Planejamento declara viável a contratação, por se tratar de solução compatível com a necessidade pública identificada, com o modelo de fornecimento adotado e com os princípios da eficiência, economicidade, planejamento, competitividade e segurança assistencial.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RUY DYHEGO DO NASCIMENTO CANOSA

Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 03/06/2026 às 14:15:54.

MARINA GUIRALDI DE SOUZA

Presidente Equipe de Planejamento

ALINY BISAIA

Equipe de Planejamento